

ENAP

Projeto Pedagógico

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA

Políticas Sociais



Escola Nacional de Administração Pública Enap
SAIS – Área 2-A 70610-900 - Brasília – DF
Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e da Inovação em
Serviços Públicos

Betânia Lemos

Presidenta da Escola Nacional de
Administração Pública

Iara Cristina Alves

Diretora de Educação Executiva

Juliana Miranda Leda

Coordenadora-Geral de Especialização e MBA

Patrícia Siqueira de Medeiros

Coordenadora de Especialização e MBA

Bianca de Oliveira Ruskowski

Fernando Carlos da Motta Soares
Coordenadores do Curso

Ivan Carlos Pereira Gomes

Coordenador Pedagógico

Marina Vianna de Souza

Designer Instrucional

Thaís Andrade Vivas

Designer Web

Equipe CGMBA:

Bianca de Oliveira Ruskowski
Cecília Chachamovitz
Fernando Carlos da Motta Soares
Isabella dos Santos Rangel
Jana Petaccia de Macedo

Jonathas Ferreira Alexandre Souza
Patrícia Lucinari
Rachel Dorneles
Renata Regina Cerri Scarpim

Estagiários:

Carolina Salles Borges Sebalho
Luiza Vitória Alves da Cruz Lucca
Almeida Queiroz Santos Nayara
Ferraz Moreira
Revelry Pereira da Silva
Thiago Ferreira Rocha

Desenvolvimento no Moodle:

Ewander Nunes Serra
Rodrigo Ferretti
Rosemary de Fátima Andrade
Vanessa Cristine Silva

Animação

Cristiano Alves

Atores

Márcio Nascimento Menezes (MEI)

Gravação e edição de vídeos:

S.P. Jornalismo e Publicidade Ltda

Revisoras de texto:

Ana Cristina S. Paixão
Angélica Magalhães

Revisoras técnicas:

Graviele França Suemori
Juliana Borim Milanezzi

Diagramadores:

Daniela Barbosa
João Paulo Cavalcante

Equipe de Acessibilidade:

Juliana Lopes Gonçalves (Libras)
Renata Cerri Scarpim
Vitor Vinícius Silva Oliveira

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

P964 Projeto pedagógico do MBA em políticas sociais.
 Marta Teresa da Silva Arretche e Natalia Guimarães
 Duarte Sátyro. -- Brasília: Enap, 2024.
 32 f. : il. Inclui bibliografia

1. Política social. 2. Política pública. 3. Capacitação. 4.
Servidor público. I. Título. II. Silva, Marta Teresa. III.
Sátyro, Natalia Guimarães Duarte.

CDD 361.61

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880



Enap, 2024.

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional. As informações e opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



A Enap e o MDS têm a honra de nomear a primeira turma do MBA Políticas Sociais como "Turma Simone Albuquerque".

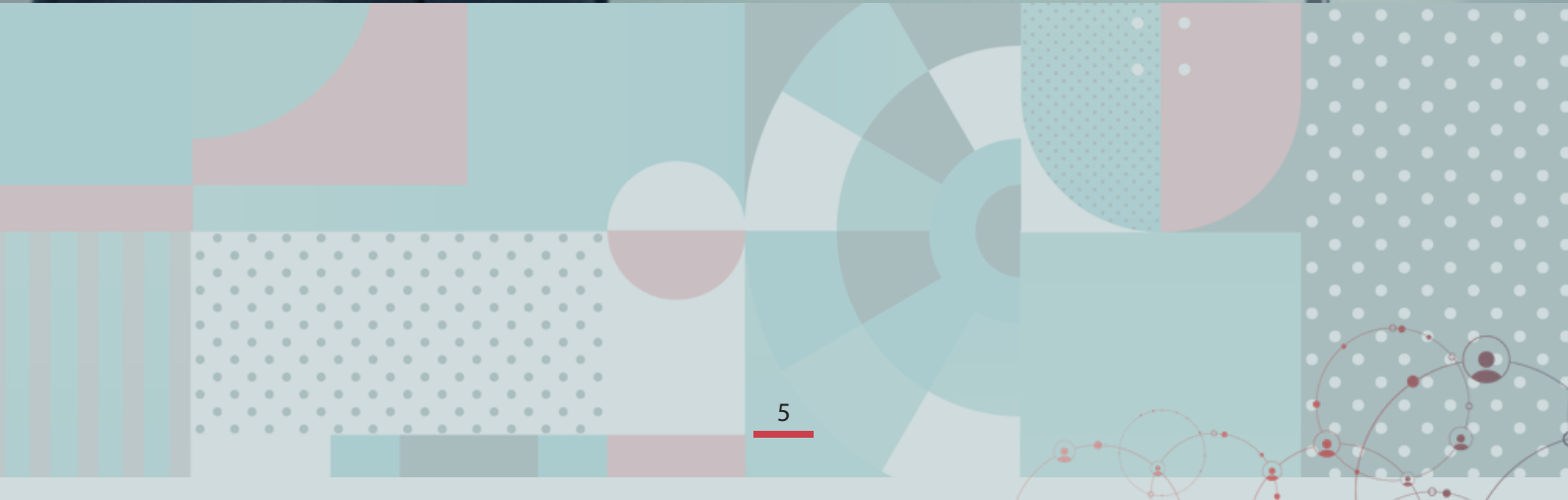
Essa é uma singela homenagem à assistente social, militante, fundadora e defensora histórica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que partiu precocemente em outubro de 2023. Simone Albuquerque foi fundamental na idealização, construção e implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo uma referência inspiradora para o fortalecimento da profissão de assistente social e para a consolidação do SUAS em todo o território nacional.



Políticas Sociais

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Objetivos do curso.....	7
3. Público-alvo.....	7
4. Competências a serem desenvolvidas.....	7
5. Requisitos para ingresso no curso e processo seletivo	8
6. Carga horária.....	8
7. Metodologia.....	8
8. Avaliação.....	9
9. Certificação/titulação.....	10
10. Infraestrutura.....	10
11. Estrutura curricular.....	10
12. Caracterização das disciplinas.....	15
13. Corpo Docente	23
14. Bibliografia das disciplinas.....	25



1. INTRODUÇÃO

1.1 Contexto e Justificativa

O Brasil tem uma longa jornada na construção de uma burocracia qualificada. São exemplos disso tanto a criação, em 1986, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), uma escola de governo do Poder Executivo federal brasileiro, quanto a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) criada em 1989. Com a expansão e descentralização das políticas sociais, já em um governo de esquerda, houve a demanda por uma especialização voltada para a área social. Foi assim que, mais recentemente, criou-se a carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, por meio da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, composta pelos cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), de nível superior. Por isso e muito mais, é possível dizer que há um percurso já consolidado na construção de uma burocracia especializada.

Em âmbito subnacional, a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social com a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) em 2005 e, em 2006, da NOB voltada para os Recursos Humanos (NOB-RH), vimos a consolidação de uma carreira na assistência social que, para além das e dos profissionais do Serviço Social, engloba uma série de outras profissionais, como psicólogas e advogadas, por exemplo. Com o tempo, alcançamos mais de 250 mil trabalhadores com diversos vínculos empregatícios distribuídos pelo território brasileiro. -

A parceria entre Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), surge nesse contexto e se justifica pela necessidade da oferta de uma Especialização em Políticas Sociais voltada para trabalhadoras e trabalhadores envolvidos na área social, nos três níveis de governo. Para garantir a capacidade de elaboração e implementação de políticas para o desenvolvimento social, é importante que se dê ênfase à formação, atualização e capacitação desses servidores. Tal espaço para sua especialização é central, sejam eles ou elas oriundos(as) dos municípios, dos estados ou da União, pois implica a especialização desses profissionais no seu campo específico de atuação.

1.2 Identificação do curso

- Nome do curso: MBA em Políticas Sociais
- Turma Simone Albuquerque - Assistente social, militante e defensora histórica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Certificação conferida: Especialista em Políticas Sociais
- Modalidade: a distância
- Duração: 12 meses
- Área de conhecimento: Ciência Política
- Número de vagas oferecidas: 100
- Ano e período letivo de início de funcionamento do curso: outubro/2024 a dezembro/2025
- Processo de ingresso: processo seletivo

2. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar pessoas servidoras públicas em âmbito federal, estadual e municipal na gestão e implementação de políticas sociais, desenvolvendo habilidades analíticas e práticas para elaborar e executar programas socioassistenciais eficazes, com foco na melhoria dos resultados para as cidadãs e os cidadãos e na criação de valor para as pessoas usuárias dos serviços públicos.

3. PÚBLICO-ALVO

O curso tem o seguinte público-alvo: a) servidoras(es) públicas(os) federais, estaduais e municipais ocupantes de cargo efetivo; b) militares integrantes do quadro efetivo das Forças Armadas; c) empregadas(os) públicas(os) federais concursadas(os) de empresas que recebam recursos da União para pagamento de pessoal; e d) empregadas(os) públicas(os) estadual e municipal concursadas(os) desde que tenha previsão desse vínculo em lei estadual ou municipal de criação da carreira. As(os) candidatas(os) ao MBA em Políticas Sociais, pertencentes ao público-alvo descrito, deverão estar atuando diretamente: a) na área socioassistencial; ou b) em área diretamente relacionada à elaboração, coordenação, análise e avaliação de políticas de desenvolvimento social.

4. COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

A estrutura curricular do curso visa desenvolver as seguintes competências do(a) discente.

- *Visão sistêmica em políticas sociais*

Capacidade de atuar com uma visão sistêmica em políticas sociais, a partir do conhecimento de suas bases normativas e de uma perspectiva comparada dos diversos regimes de bem-estar, além de noções de coordenação, mecanismos de indução e governança multinível.

- *Foco nos resultados para as cidadãs e os cidadãos no contexto da assistência social*

Capacidade de gerar resultados para as cidadãs e os cidadãos por meio do conhecimento histórico das políticas socioassistenciais no Brasil, incluindo a mudança paradigmática com a Constituição Federal de 1988, e ênfase no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluindo sua gestão, espaços de participação e controle social e de pactuação federativa.

- *Geração de valor para o usuário*

Capacidade de atuar na gestão em políticas sociais a partir do conhecimento para pensar processos de políticas públicas, características da burocracia - de médio escalão e do nível de rua - como dotada de autonomia e discricionariedade; desenvolvimento de capacidade analítica de indicadores sociais; e compreensão dos princípios que regem a conduta das pessoas servidoras públicas.

5. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO E PROCESSO

- Possuir diploma de curso superior reconhecido pelo MEC.
- Pertencer ao público-alvo do curso.
- Ser aprovado(a) em processo seletivo da ENAP.
- Não estar cursando outro programa de pós-graduação da ENAP ou não ter cursado nos últimos dois anos até a data da matrícula.
- Requisitos técnicos: possuir câmera, microfone e conexão à internet suficiente para acompanhar aulas síncronas. A conexão ideal é a partir de 2 Mb de velocidade real. Abaixo disso, ocorrem travamentos e outras dificuldades de visualização dos vídeos.

6. CARGA HORÁRIA

A carga horária total ofertada no curso é de 462 horas, sendo o mínimo de 370 horas para aprovação do(a) estudante. Onze disciplinas obrigatórias, sendo, uma de 40 horas, seis de 30 horas, duas de 25 horas e duas de 15 horas. Serão ofertados três laboratórios de casos, em que a pessoa estudante deverá realizar apenas um obrigatoriamente, com as disciplinas da trilha de aprendizagem escolhida. Sendo assim, a matrícula no laboratório será vinculada à matrícula na trilha de aprendizagem. As optativas correspondem a três trilhas de aprendizagem, cada uma delas com três disciplinas e cada disciplina com carga horária de 15 horas: i) Políticas Sociais em Perspectiva; ii) Políticas Sociais no Brasil: novas agendas e tendências; e iii) Ferramentas para pensar Gestão de Políticas Sociais. Ainda serão realizadas seis aulas ao vivo (síncronas) ofertadas ao longo do curso.

A carga horária mínima para a conclusão do curso é de 370 horas. Você deverá alcançá-la cursando:

- 285 horas de disciplinas obrigatórias nos eixos 1, 2 e 3;
- 5 aulas ao vivo de 2 horas cada (10 horas);
- 1 trilha obrigatória (com 3 disciplinas de 15 horas cada) e 1 laboratório de caso da trilha (com 15 horas), totalizando 60 horas;
- Disciplina Metodologia de Laboratório de Casos, com 15 horas.

7. METODOLOGIA

Trata-se de um curso na modalidade a distância (EaD), flexibilizando o espaço/tempo de estudos. A(o) estudante poderá estudar em qualquer lugar e gerenciar seu tempo de dedicação. A concepção pedagógica do curso envolve uma série de estratégias didáticas e metodológicas que objetivam a construção de uma aprendizagem significativa com potencial de desenvolvimento de competências fundamentais para o agente e a gestão pública.

Uma estratégia inovadora do curso são as trilhas de aprendizagem, os estudos de caso e os laboratórios de casos, que permitem uma aprendizagem mais criativa e substantiva, uma vez que a (o) estudante é colocado no centro do processo de ensino e aprendizagem, fazendo suas escolhas e tomando decisões que contribuirão para sua jornada formativa.

Outra estratégia utilizada no curso é a gamificação estrutural, que permite uma aprendizagem mais criativa e substantiva, visto que, por meio dos elementos dos jogos aplicados a situações educacionais, as(os) estudantes tendem a demonstrar maior engajamento. Sendo assim, são trabalhados componentes de conquistas e desafios, dinâmicas de narrativas e progressão e mecânicas de aquisição de recursos e recompensas.

As disciplinas obrigatórias são realizadas com base em videoaulas e material complementar de estudos. Já as disciplinas optativas estão embasadas na estratégia de estudos de caso, que possibilita aos estudantes a melhoria de práticas e processos, exercitando a tomada de decisão e o pensamento analítico, bem como a troca de experiências. Os casos serão construídos no âmbito dos serviços socioassistenciais, isto é, no cotidiano do atendimento às famílias, levando em consideração a situação de todas as pessoas que vivem situações similares.

Os laboratórios de caso são realizados a partir da metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), na qual os “problemas” são o ponto de partida para a aprendizagem. Assim, a aprendizagem parte de situações-problema que suscitam dúvidas e estimulam a cognição para práticas de investigação e resolução criativa.

8. AVALIAÇÃO

8.1 Avaliação Formativa dos discentes

São atividades de estudos que objetivam proporcionar um espaço de aprendizagem significativa e aplicação prática dos conceitos aprendidos. A avaliação formativa ocorrerá por meio de duas estratégias principais:

a) Atividades de estudos nas disciplinas assíncronas pontuadas e disponibilizadas ao decorrer das disciplinas do curso, cujo objetivo é proporcionar um momento de reflexão e ação dos alunos com base em estudos de casos e resolução de problemas com temas concretos e da prática governamental. Essas atividades valerão 30 pontos;

b) Laboratórios de casos: atividades híbridas pontuadas e obrigatórias que utilizarão a metodologia aprendizagem baseada em problemas. A atividade valerá 100 pontos e a aprovação ocorrerá mediante a média 60. O aluno deverá escolher 1 dos 3 laboratórios ofertados e realizar sua matrícula no início do curso.

8.1 Avaliação Somativa dos discentes

A avaliação somativa consiste em atividades objetivas ao final de cada disciplina que visam verificar a aprendizagem dos estudantes em relação aos conteúdos abordados. Ocorrerá por meio de questionário avaliativo com questões objetivas, aplicado ao final de cada disciplina (obrigatória e optativa). O questionário valerá 70 pontos.

9. CERTIFICAÇÃO/TITULAÇÃO

Para obtenção da certificação de conclusão do curso, o discente deverá cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- cumprir 370 horas de carga horária de estudos, distribuídas entre as disciplinas obrigatórias, optativas e laboratório de caso;
- cumprir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária nas atividades síncronas;
- assistir a, no mínimo, cinco aulas ao vivo;
- obter aproveitamento acadêmico mínimo exigido nas disciplinas do curso, de 60 (sessenta) pontos, observada a frequência mínima exigida por disciplina;
- participar de 1 dos 3 laboratórios de caso ofertados durante o curso e obter, no mínimo, a média 60 (sessenta) pontos na avaliação de cada laboratório realizado.

10. INFRAESTRUTURA

O curso será ofertado na modalidade a distância, por meio da plataforma Moodle (Modular Object Oriented Distance Learning), em ambiente virtual de aprendizagem da ENAP.

1 Para saber mais sobre o método de Aprendizagem Baseada em Problemas, leia o artigo “Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de aprendizagem inovadora para o ensino educativo”. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2880>.

11. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso possui três eixos principais e sequenciais, compostos por:

- disciplinas obrigatórias (15h, 25h, 30h e 40h): de cunho generalista e complementar, são de caráter mandatório a todas as pessoas matriculadas;
- metodologia de laboratórios de casos (15h): obrigatória e prévia à realização das atividades de laboratórios, em que é aplicada a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP);
- disciplinas optativas (15h cada) das seguintes trilhas de aprendizagem: i) Políticas Sociais em Perspectiva; ii) Políticas Sociais no Brasil: novas agendas e tendências; e iii) Ferramentas para pensar Gestão de Políticas Sociais;
- laboratórios de casos (15h cada): três no total, sendo um obrigatório. Os laboratórios são desenvolvidos a partir das trilhas de aprendizagem. A carga horária do laboratório é dividida em 9 horas síncronas e 6 horas assíncronas;
- Aulas ao vivo (2h cada): serão seis aulas no total, sendo cinco obrigatórias, com temáticas diversas.

A estrutura curricular das disciplinas e atividades é apresentada no Quadro 1, assim como a relação das trilhas de aprendizagem e das respectivas disciplinas optativas.

Quadro 1 – Grade curricular

Eixo Obrigatório I	Disciplina	Tipo	Carga Horária
Política social: conceitos	Estado de bem-estar e cidadania: conceitos básicos	Obrigatória	30h
	Federalismo, governança e coordenação de políticas públicas	Obrigatória	30h
	Implementação de políticas públicas no Brasil	Obrigatória	30h
	Equidade de raça e gênero na gestão pública	Obrigatória	15h
Carga Horária (Eixo I)		105h (obrigatórias)	
Eixo Obrigatório II	Disciplina	Tipo	Carga Horária
Proteção socioassistencial no Brasil	Tendências da proteção social brasileira: caminhos para a construção da seguridade social	Obrigatória	25h
	Sistema Único de Assistência Social: Organização e gestão	Obrigatória	40h
	Participação, controle social e pactuação interfederativa no âmbito do SUAS	Obrigatória	25h
Carga Horária (Eixo II)		90h (obrigatórias)	
Eixo obrigatório III	Disciplina	Tipo	Carga Horária
Gestão de políticas sociais	O papel das burocracias	Obrigatória	30h
	Governança orçamentária no Brasil	Obrigatória	30h



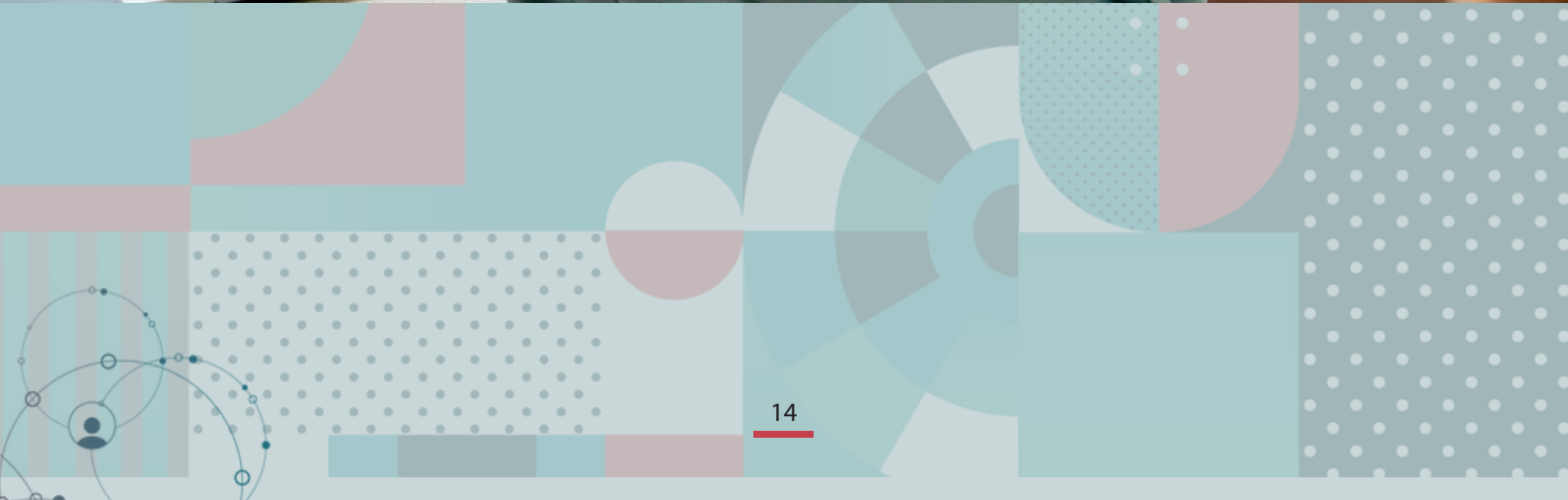
Eixo obrigatório III	Disciplina	Tipo	Carga Horária
Gestão de políticas sociais	Políticas Públicas baseada em valores e informada por evidências	Obrigatória	30h
Carga Horária (Eixo III)		90h (obrigatórias)	
Eixo	Disciplina	Tipo	Carga horária
Transversal	Metodologia de laboratório de caso	Obrigatória	15h
Trilhas de aprendizagem	Disciplinas e laboratório de caso vinculados	Carga horária mínima	Carga horária máxima
Trilha 1 – Políticas sociais em perspectiva	Pobreza e desigualdade (15h)	1 trilha obrigatória = 60h (3 disciplinas da trilha 45h + laboratório de caso da trilha 15h)	150h (135h de disciplinas das trilhas + 15h de laboratório de caso)
	Evolução demográfica da população brasileira e suas implicações para políticas sociais (15h)		
	Proteção social adaptativa: desafios das mudanças climáticas e desastres socioambientais (15h)		
	Laboratório de caso (15h)		
Trilha 2 – Políticas sociais no Brasil: novas agendas e tendências	Política Nacional de Cuidados no Brasil: emergência, princípios, formulação e governança (15h)		
	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (15h)		
	Política de Assistência Social e sujeitos de direitos		
	Laboratório de caso (15h)		

Trilha 3 – Ferramentas para pensar gestão de políticas sociais	Experiências inovadoras de gestão na proteção socioassistencial (15h)	1 trilha obrigatória = 60h (3 disciplinas da trilha 45h + laboratório de ca so da trilha 15h)	150h (135h de disciplinas das trilhas + 15h de laboratório de caso)
	Gestão social do território: vigilância socioassistencial e trabalhadores (15h)		
	Gestão orçamentária no território (15h)		
	Laboratório de caso (15)		
Aulas ao vivo	6 (seis) aulas ao vivo com temas diversos	5 aulas obrigatórias	Mínima: 2h x 5 aulas = Total mínimo: 10h Máxima: 2h x 6 aulas = Total máximo: 12h
Carga horária total do curso		Mínima: 285h (10 disciplinas dos eixos obrigatórios) + 15h (Metodologia de Laboratório de Caso) + 15h (Laboratório de Caso) + 45h (Disciplinas da Trilha escolhida) + 10h (aulas ao vivo) Total mínimo (obrigatório): 370h	Máxima: 285h (10 disciplinas dos eixos obrigatórios) + 15h (Metodologia de Laboratório de Caso) + 15h (Laboratório de Caso) + 135h (Todas as disciplinas das três trilhas) + 12h (todas as aulas ao vivo) Total máximo (ofertado): 462h

* As disciplinas vinculadas de uma trilha são de realização obrigatória para os alunos que escolheram aquela trilha, mas passam a ser optativas para os alunos que se inscreveram nas demais trilhas.

Fonte: elaboração própria.





12. CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINAS DOS EIXOS OBRIGATÓRIOS

Eixo 1 – Políticas sociais: conceitos

Conceitos básicos de cidadania e o papel das políticas sociais na sua promoção

Estados de bem-estar e cidadania: conceitos básicos (30h)

Objetivo: a disciplina pretende introduzir conceitos básicos de políticas sociais e cidadania, tal como os desenvolvidos a partir do trabalho seminal de Theodore Marshall, compreendendo um conjunto de obrigações do Estado em relação aos cidadãos nas dimensões civil, política e social. Além disso, a disciplina pretende apresentar os diferentes modelos de Estado de Bem-Estar, tal como discutido na tipologia de Esping-Andersen (modelo conservador, modelo liberal e modelo social- democrata), discutindo seu impacto sobre a pobreza, desigualdade e inclusão. Por fim, a disciplina pretende discutir os conceitos de suficientismo, universalismo e prioritarismo, tal como desenvolvido no trabalho do filósofo inglês Derek Parfit. Comparações com outros países da América Latina serão estimuladas no desenvolvimento das aulas.

Conteúdo programático: conceito de cidadania; conceito de políticas sociais e suas características e funções: compensatórias e de investimento social, promoção e proteção social, setoriais e transversais, universalismo e focalização; estados e regimes de bem-estar social; relação entre desenhos de políticas e pobreza/desigualdade/inclusão; relação das características básicas do modelo de política social adotado no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 com os conceitos de cidadania e regimes de bem-estar.

Federalismo, governança e coordenação de políticas públicas (30h)

Objetivo: a disciplina pretende apresentar aos alunos os principais conceitos da governança multinível, com especial atenção para a experiência internacional, como exemplos de gestão compartilhada de programas sociais. A disciplina visará detalhar a estrutura intergovernamental das principais políticas sociais brasileiras, destacando a distribuição de competências e as responsabilidades de cada nível de governo. Pretende, ainda, apresentar as modalidades de interação com o setor privado (empresas, terceiro setor, conselhos de políticas sociais etc.) e apresentar o modelo multinível de financiamento das políticas sociais no Brasil.

Conteúdo programático: conceito de governança multinível, em duas dimensões: (i) dimensão vertical, que envolve as relações entre níveis de governo; e (ii) dimensão horizontal, que envolve as relações entre agentes públicos e diversos stakeholders da sociedade civil; exemplos de governança multinível, com destaque para a discussão de suas vantagens, tensões e riscos envolvidos (moral hazard, relação agente x principal; tragédia dos comuns); discussão do modelo de federalismo de desempenho; transferências intergovernamentais; e regulação federal do gasto em políticas sociais dos governos subnacionais.

Implementação de políticas públicas no Brasil (30h)

Objetivo: a disciplina pretende apresentar aos alunos a relevância da fase da implementação no desempenho de uma política, bem como demonstrar a importância dessa dimensão no caso específico da assistência social no Brasil, devido à governança multinível, qual seja, o imbricamento entre os três níveis de governo combinado ao papel de execução dos governos subnacionais. Teorias sobre o processo decisório, ciclos de uma política pública (formação de agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação) e o papel da implementação deverão ser exploradas e discutidas, com exemplos sobre a variação subnacional no desempenho da política de assistência social devido à implementação.

Conteúdo programático: fases da política; implementação com ênfase nos municípios; variações e tendências regionais.

Equidade de gênero e raça na gestão pública (15h)

Objetivo: A disciplina pretende analisar as trajetórias históricas e conceituais de construção dos marcadores de gênero e raça com foco na Gestão Pública brasileira. Destaque especial será dado à perspectiva interseccional como dispositivo de conexão analítica, tanto de formas articuladas de opressão, quanto de modos de emancipação dos sujeitos de políticas públicas. O curso visa sensibilizar e problematizar a respeito dos impactos das dimensões de gênero e raça para o objetivo da superação das desigualdades sociais e promoção da justiça.

Conteúdo programático: Estudo dos conceitos de gênero e raça e suas implicações nas desigualdades no Brasil. Análise da interseccionalidade nas políticas públicas e no acesso a direitos. Discussão sobre desafios atuais e tipos de políticas de equidade, com foco no histórico da sua construção no país.

Eixo 2 – Proteção socioassistencial no Brasil

Proteção não contributiva no Brasil: legado, princípios, singularidades e escopo

Tendências da proteção social brasileira: caminhos para a construção da seguridade social (25h)

Objetivo: a disciplina pretende apresentar a trajetória de emergência e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, suas características e suas consequências em termos de inclusão e exclusão, com ênfase na política de assistência social, mas em perspectiva comparada com as políticas contributivas. A disciplina pretende analisar as tendências dominantes na proteção social brasileira, com base no exame do desenho das políticas sociais, à luz do conceito de cidadania regulada e de seu impacto na exclusão dos cidadãos não contributivos. A disciplina pretende apresentar os princípios e diretrizes da Constituição Federal de 1988, abordando a lógica organizativa da seguridade social, o princípio de solidariedade institucionalizada, bem como os direitos sociais introduzidos e a noção ampliada de cidadania. Pretende, ainda, discutir os conceitos de caridade e primeiro-damismo, de um lado, e seguridade social e direitos socioassistenciais, de outro, propõe-se a caracterização da política de Assistência Social.

Conteúdo programático: princípios orientadores e desenho institucional das políticas



assistenciais anteriores à Constituição de 1988; o modelo varguista e seus desenvolvimentos no regime militar; cidadania regulada; discussão da ruptura paradigmática da Constituição de 1988; discussão do conceito de inclusão dos outsiders; apresentação da trajetória das políticas sociais a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e seu impacto em termos de volume; trajetória de construção da Política Nacional de Assistência Social destacando: seus princípios, diretrizes, objetivos, usuários e níveis de proteção social. A diferenciação da política de assistência social de processos conservadores e meritocráticos: a relação proteção/desproteção social e as seguranças sociais. Principais características do Sistema Único de Assistência Social.

Sistema Único de Assistência Social: Organização e gestão (40h)

Objetivo: a disciplina pretende apresentar os princípios organizativos do SUAS, seus objetivos, organização das proteções sociais; a vigilância socioassistencial, a estrutura dos serviços nos municípios e estados brasileiros, bem como os programas de transferência de renda socioassistenciais, dando ênfase à coordenação nacional e estadual de um modelo descentralizado e integrado de organização dos programas, serviços, projetos e benefícios. A disciplina pretende, ainda, discutir a estrutura de financiamento do SUAS.

Conteúdo programático: reflexão sobre os objetivos (proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos); análise da estrutura do SUAS: níveis de complexidade, unidades, serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE); mapeamento e análise dos programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais brasileiros: Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, benefícios eventuais e outros estaduais e municipais; discussão da relação entre diferentes desenhos de benefícios e seu impacto sobre a desigualdade, com base em conceitos como focalização, universalismo, meritocracia, mercadorização/desmercadorização e cidadania; análise da estrutura do SUAS; vigilância socioassistencial, gestão do trabalho, Cadastro Único, atribuição dos entes, construção da capacidade estatal de oferta nos municípios e estados; o papel dos conselhos no processo de construção dos fluxos orçamentários e nas deliberações sobre a regulação nacional dos serviços nas três esferas da federação.

Participação, controle social e pactuação interfederativa no âmbito do SUAS (25h)

Objetivo: a disciplina pretende abordar a centralidade da participação e controle social e da pactuação entre os entes federativos para as políticas sociais descentralizadas no Brasil. Pretende abordar a trajetória dos colegiados de assistência social, suas funções e formas de funcionamento e as instâncias de pactuação no SUAS.

Conteúdo programático: apresentação dos princípios descentralizadores e participativos da Constituição de 1988; apresentação da trajetória dos conselhos de participação social e dos colegiados de coordenação entre níveis de governo; funcionamento e competências das instâncias de deliberação; pactuação do SUAS: conselhos de assistência social, comissões intergestores tripartite e bipartite, conferências de assistência social; participação dos usuários no SUAS; discussão dos fatores que promovem a expansão dos conselhos e dos fatores que inibem seu desenvolvimento e efetividade; discussão dos fluxos orçamentários e do modelo de regulação nacional da oferta de serviços pelos três níveis de governo.



Eixo 3 – Gestão de políticas sociais

Por que temos de saber a diferença entre gestão pública e administração? O básico para exercer o ofício em função do bem público

O papel das burocracias (30h)

Objetivo: a disciplina pretende discutir a relevância das burocracias de nível de rua e de médio escalão para a elaboração e implementação das políticas sociais. Pretende explorar os conceitos de discricionariedade e autonomia das burocracias na implementação de políticas sociais e suas consequências sobre a desigualdade de resultados. Pretende, ainda, mapear a trajetória de expansão das burocracias no Brasil nos três níveis de governo e sua importância para as políticas sociais.

Conteúdo programático: conceitos básicos de burocracia, seus tipos, graus de discricionariedade e autonomia; discussão das relações entre o papel da burocracia como manifestação das relações de poder com incidência de diversos atores e a reprodução das desigualdades sociais; trajetória de expansão das burocracias nos três níveis de governo. A relação entre burocracia e ética pública.

Governança Orçamentária no Brasil (30h)

Objetivo: a disciplina pretende explicar como diferentes particularidades do arranjo de governança orçamentária no Brasil impactam o processo de construção de políticas públicas e de melhoria da gestão. O modelo de financiamento da política de assistência social deverá ser discutido nessa disciplina. Pretende, ainda, discutir desigualdades territoriais e suas implicações sobre o financiamento da assistência social.

Conteúdo programático: planejamento e orçamento do setor público brasileiro: principais conceitos; instrumentos orçamentários: Estratégia Federal de Desenvolvimento, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Responsabilidade Fiscal e outras noções básicas de restrições legais e orçamentárias para os governos; ciclo orçamentário: processos de formulação, aprovação e execução; o orçamento como instrumento de gestão de desempenho e de accountability; gerenciamento de indicadores para avaliação e monitoramento, controle e transparência dos sistemas de planejamento e orçamento; avanços e dilemas da governança orçamentária no Brasil no persistente cenário de restrições fiscais; gestão orçamentária no SUAS: orçamento da assistência social, evolução da função 08, fundos de assistência social, cofinanciamento — blocos de financiamento e responsabilidades dos entes.

Políticas Públicas baseada em valores e informada por evidências (30h)

Objetivo: A disciplina introduz conceitos e técnicas para uso de dados, informações e estudos para desenho, monitoramento e avaliação de políticas e programas, inspiradas nos Valores Públicos da Constituição Brasileira, valendo-se de portais de informações de várias instituições públicas na Internet e também de recursos de Inteligência Artificial.

Conteúdo programático: A disciplina é desenvolvida de forma dialógica, apresentando conceitos, técnicas e casos reais em monitoramento e avaliação de programas sociais, as etapas e tipos de avaliação e instrumentos como Mapa de Processos e Resultados (MaPR), a Análise do Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPI) de programas, Plano de Avaliação Sistemática (Pav), sistematização de achados de Meta-avaliação em estudos sobre programas públicos, assim como indicadores em diferentes portais, pesquisas e fontes de dados. Também são apresentados recursos de Inteligência Artificial na compilação de evidências.



Trilha 1 – Políticas sociais em perspectiva

Pobreza e desigualdade (15h)

Objetivo: a disciplina pretende apresentar aos alunos os conceitos de pobreza e desigualdade, bem como os principais indicadores de observação desse fenômeno no Brasil, comparando com o que tem sido usado em países de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social.

Conteúdo programático: conceito de pobreza; conceito de desigualdades; conceito de concentração da riqueza; indicadores de pobreza, desigualdade e concentração da riqueza no Brasil.

Evolução demográfica da população brasileira e suas implicações para as políticas sociais (15 h)

Objetivo: a disciplina pretende oferecer aos alunos um mapeamento da composição demográfica do público-alvo das políticas sociais e assistenciais, destacando a transição demográfica em curso e as tendências da distribuição da população infantil, adulta e idosa no Brasil. A disciplina pretende, ainda, discutir a transição demográfica e as tendências de envelhecimento da população brasileira e suas consequências para a assistência social.

Conteúdo programático: análise dos indicadores demográficos; distribuição etária da população brasileira; distribuição regional da distribuição etária; tendências da composição demográfica da população brasileira e seus impactos futuros na assistência social.

Proteção social adaptativa: desafios das mudanças climáticas e desastres socioambientais (15 h)

Objetivo: a disciplina pretende explorar os impactos dos desastres socioambientais, fluxos migratórios intensos e emergências de saúde pública, tais como pandemias e epidemias, sobre as localidades e as emergências decorrentes, demonstrando como eventos de tais naturezas produzem danos, prejuízos sociais que aumentam a vulnerabilidade e risco social, com pressão sobre as políticas de assistência social. Conhecer a legislação na assistência social relativa a desastres e emergências.

Conteúdo programático: competências e recursos da área de assistência social; conceitos de vulnerabilidade e risco, desastre e emergência, e as formas e fases de atuação: prevenção, mitigação, reconstrução e reparação; atribuições dos distintos entes federativos diante dos vários tipos de desastres: de pequena e grande escala, frequentes ou infrequentes, de início lento ou súbito; eixos de atuação do SUAS nas situações de pré-emergência, emergência e pós-emergência, quais sejam: acolhimento, articulação intersetorial, gestão legal, administrativa e orçamentária; gestão do trabalho e educação permanente; vigilância socioassistencial; trabalho social com famílias e indivíduos; benefícios socioassistenciais e transferência de renda; processos de recuperação e o papel da assistência social nisso.



Política Nacional de Cuidados no Brasil: emergência, princípios, formulação e governança (15 h)

Objetivo: a disciplina pretende apresentar a Política Nacional de Cuidados no Brasil e seus desafios. A articulação interfederativa, a governança democrática e participativa, o planejamento e o financiamento serão discutidos. Apresentar a abordagem inovadora e integrativa das políticas de cuidado e famílias, que consistem em um arcabouço conceitual composto pelos conceitos da transversalidade de gênero, interseccionalidade e intersetorialidade. Discutir experiências nacionais e internacionais, em especial as latino-americanas.

Conteúdo programático: apresentação e debate sobre as políticas de cuidado, com atenção especial a crianças e adolescentes (com ênfase na primeira infância), a pessoas idosas e pessoas com deficiência; noções de interseccionalidade, transversalidade e intersetorialidade na perspectiva de interdependência entre quem cuida (de forma remunerada e não remunerada) e quem é cuidado, considerando-se experiências nacionais e internacionais.

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (15h)

Objetivo: a disciplina pretende discutir a constituição e a trajetória de implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Serão abordadas ações de segurança alimentar e nutricional, com exemplos nacionais e internacionais de políticas exitosas e os principais desafios, incluindo o orçamento. Pretende, ainda, examinar as competências de cada nível de governo para a elaboração e implementação dessa política.

Conteúdo programático: apresentação de conceitos relativos à segurança e insegurança alimentar; a constituição do Sisan e os desafios para sua implementação plena; principais políticas e ações de segurança alimentar e nutricional em nível federal (apresentação dos planos de SAN e dos programas de SAN no âmbito dos Planos Plurianuais (PPA) e outras; apresentação de experiências exitosas em governos municipais e estaduais.

Política de Assistência Social e sujeitos de direitos (15h)

Objetivo: apresentar como as políticas do SUAS atendem às diversidades e os públicos específicos e minoritários, tais como população negra, povos e comunidades tradicionais, população LGBTQIAPN+, migrantes, entre outros. Refletir sobre as especificidades da população em situação de rua e de crianças e adolescentes, com destaque para a primeira infância. Refletir sobre desigualdades e violências, com conceitos e estratégias de enfrentamento, dando ênfase sempre a raça e gênero. Considerar a adoção de políticas de proteção à mulher e à gestante, e a atenção à primeira infância, em particular aquelas orientadas à atenção de famílias vulneráveis e monoparentais. Discutir políticas de atendimento à população idosa; políticas voltadas para comunidades tradicionais; políticas para pessoas com deficiências, políticas para população em situação de rua; e distribuição de competências.



Conteúdo programático: apresentação dos princípios e diretrizes da política, bem como os direitos garantidos pelas seguranças da Política Nacional de Assistência Social que garantem o atendimento das diversidades e dos públicos específicos e minoritários; apresentação das políticas, dos projetos e das ações específicas, com cortes de raça e gênero, bem como aqueles que visam ao atendimento à populações de rua, comunidades tradicionais, migrantes, população LGBTQIAPN+, entre outros.

Trilha 3 – Ferramentas para pensar a gestão das políticas sociais

Experiências inovadoras de gestão e atendimento na proteção socioassistencial (15h)

Objetivo: a disciplina pretende selecionar casos bem sucedidos e exemplares de inovação na área assistencial, discutindo as condições que favoreceram seu desenvolvimento nos três níveis de governo, bem como experiências internacionais.

Conteúdo programático: experiências municipais, estaduais, federais e internacionais inovadoras e bem sucedidas de assistência social.

Gestão social do território: vigilância socioassistencial e trabalhadores (15h)

Objetivo: a disciplina pretende enfatizar dois aspectos centrais para a gestão no território. Primeiro, apresentar a concepção de vigilância socioassistencial, a partir de conceitos já trabalhados em outras disciplinas, como território, risco e vulnerabilidade social, os dilemas práticos envolvidos em sua operacionalização nas políticas sociais, e o uso do Cadastro Único como fonte para o mapeamento e diagnóstico. Segundo, apresentar a organização da gestão do trabalho no SUAS e a centralidade dos trabalhadores para a prestação de serviços, portanto, para a consolidação da entrega de direitos; apresentar a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, conceito, arranjo organizacional, atribuições, ações de formação e capacitação previstas e Núcleos de Educação Permanente do SUAS. Ainda a disciplina analisará a importância do território e sua relação para a gestão da política de assistência social e a construção das seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social.

Conteúdo programático: discussão da emergência e desenvolvimento da vigilância socioassistencial nas diversas normativas do SUAS; discussão teórica sobre o conceito de território: principais formulações pela geografia, aplicações e reformulações no planejamento de políticas públicas e sua particular incorporação pela política de assistência; apresentação dos instrumentos e ferramentas de coleta de dados, diagnóstico e monitoramento utilizados para operacionalizar a vigilância socioassistencial, suas características, limites e potencialidades; NOB-RH-SUAS 2006 (ênfase no conceito de gestão do trabalho, princípios éticos para os trabalhadores do SUAS, equipes de referência, diretrizes para os planos de carreira, cargos e salários); NOB-SUAS 2012 (ênfase no capítulo Gestão do Trabalho) e atualizações normativas relacionadas aos trabalhadores do SUAS (Resolução CNAS nº 17, de 20/06/2011, Resolução nº 9, de 15/04/2014, Resolução CNAS nº 06, de 21/05/2015); apresentação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.



Gestão orçamentária do território (15h)

Objetivo: a disciplina pretende apresentar aos alunos o orçamento subnacional, em especial as atribuições e competências das diferentes organizações de um governo subnacional na formatação do orçamento. Para isso, serão discutidas questões sobre regionalização do orçamento e governança das políticas sociais. Pretende, ainda, discutir desigualdades territoriais e suas implicações sobre o financiamento da assistência social e analisar a importância de planos municipais e estaduais, bem como as respectivas leis orçamentárias.

Conteúdo programático: financiamento subnacional da assistência social; planos municipais e estaduais; leis orçamentárias e estaduais e municipais; desigualdades regionais; apresentação do modelo de financiamento do SUAS, que se dá por meio de transferência fundo a fundo para estados, Distrito Federal e municípios.



13. CORPO DOCENTE

Adriana Aranha	Doutora em Administração Pública
Carla Bronzo	Doutora em Sociologia e Política
Catarina Segatto	Doutora em Administração Pública e Governo
Clara Marinho	Mestre em Desenvolvimento Econômico
Edgilson Araújo	Doutor em Serviço Social
Edvânia Freitas de Lima	Especialista em Políticas Públicas de Atenção à Família
Eleonora Cunha	Doutora em Ciência Política
Gabriela Lotta	Doutora em Ciência Política
Joana Luiza Oliveira Alencar	Mestre em Administração Pública
José Angelo Machado	Doutor em Ciências Humanas
Jucileide Ferreira do Nascimento	Doutora em Política Social
Leonardo Rafael Musumeci	Doutorando em Saúde Pública
Mariana Mazzini	Doutora em Administração Pública e Governo
Márcia Mansur Saadallah	Mestre em Ciências Sociais
Marlise Matos	Doutora em Sociologia

13. CORPO DOCENTE

Paulo Jannuzzi	Doutor em Demografia
Pedro de Lima Marin	Doutor em Administração Pública e Governo
Renato Francisco dos Santos Paula	Doutor em Serviço Social
Roberto Pires	Doutor em Políticas Públicas
Simone Wajnman	Doutora em Demografia
Soraya Vargas Cortes	Doutora em Social Policy and Administration
Tatiana Lemos Sandim	Doutora em Administração Pública e Governo
Viviane Coelho Moreira	Mestre em Ciência Política
Jucileide Ferreira do Nascimento	Doutora em Política Social

14. BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINAS DOS EIXOS OBRIGATÓRIOS

Eixo 1 – Políticas sociais: conceitos

Conceitos básicos de cidadania e o papel das políticas sociais na sua promoção

Disciplina: Estados de bem-estar e cidadania: conceitos básicos (30h)

BARRIENTOS, Armando. Sobre as implicações distributivas das reformas da Proteção Social na América Latina. In: DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos. A América Latina e o Estado de Bem-estar Social: características, obstáculos e desafios. São Paulo: Tirant lo Blanc, 2021. p. 167-89.

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos. Estado de Bem-estar Social: características gerais, obstáculos e desafios na América Latina. In: DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos. A América Latina e o Estado de Bem-estar Social: características, obstáculos e desafios. São Paulo: Tirant lo Blanc, 2021. p. 27-63.

HUBER, Evelyne; STEPHENS, John D. Investimento Social na América Latina. In: DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos. A América Latina e o Estado de Bem-estar Social: características, obstáculos e desafios. São Paulo: Tirant lo Blanc, 2021. p. 147-66.

PARFIT, Derek. Equality and priority. Ratio, v. 10, n. 3, p. 202-221, 1997.

SÁTYRO, Natália. Entre as políticas sociais e a democracia, a cidadania é a chave. In: MENDONÇA, Ricardo F.; CUNHA, Eleonora S. M. Introdução à Teoria Democrática: conceitos, história, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 305-320.

Disciplina: Federalismo, governança e coordenação de políticas públicas (30h)

ARRETCHE, Marta; VAZQUEZ, Daniel; GOMES, Sandra. As relações verticais na federação: explorando o problema da descentralização e da autonomia. In: ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV/Fiocruz, 2012. p. 145-173.

BICHIR, Renata M. Governança multinível. Boletim de Análise Político-Institucional, v. 19, p. 49-56, 2018.

JACCOUD, Luciana de Barros et al. Implementação e coordenação intergovernamental na política nacional de assistência social. In: JACCOUD, Luciana (org). Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras. Brasília: Ipea, 2020. p. 113-148.

LEANDRO, José Geraldo; MENICUCCI, Telma. Governança federativa nas políticas de saúde e assistência social: processo decisório nas Comissões Intergestores Tripartite (2009-2012). Revista do Serviço Público, v. 69, n. 4, p. 811-848, 2018.

MACHADO, José Angelo. Federalismo e Relações Intergovernamentais nas Políticas Sociais: mais autonomia ou mais coordenação. In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora, S. M. Descomplicando Políticas Sociais: a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. v. 2, p. 39-58.

MACHADO, José Angelo. Federalismo e políticas sociais: conexões a partir da teoria da Agência. Revista do Serviço Público, v. 69, n. 1, p. 57-84, 2018.

SILVA, André Luis Nogueira da. Os estados no SUAS: uma análise da capacidade institucional dos governos estaduais na assistência social. *Revista de Administração Pública*, v. 49, p. 1167-1192, 2015.

Disciplina: Implementação de políticas públicas no Brasil (30h)

BICHIR, Renata; SIMONI JR., Sergio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação do caso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, 2020. e3510207

LIPSKY, Michael. Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília: ENAP, 2019. cap. 1 e 2.

LOTTA, Gabriela. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, 2018.

MONTEIRO, Susana; MOREIRA, Amílcar. O Ciclo da Política Pública: da formulação à avaliação ex-post. In: FERRÃO, João; PAIXÃO, José M. P. Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018. p. 71-86.

SUBIRATS, Joan. El Papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. p. 113-26. Coletânea

Disciplina: Equidade de gênero e raça na gestão pública (15h)

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CARVALHAES, F.; COSTA, Carlos Antônio Costa. Estratificação Horizontal da Educação Superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, v. 31, p. 195-233, 2019.

JACCOUD, Luciana de Barros et al. Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: JACCOUD, Luciana de Barros. A Construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2019. p. 262- 328.

MENEZES-FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e Desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (org.). Trajetórias das Desigualdades no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 109-132.

PARADIS, Clarisse. Os Desafios do Bem-estar na América Latina: as políticas de igualdade de gênero e as respostas governamentais para a crise do cuidado. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. X, p. 323-39, 2019.

Eixo 2 – Proteção socioassistencial no Brasil

Proteção não contributiva no Brasil: legado, princípios, singularidades e escopo

Disciplina: Tendências da proteção social brasileira: caminhos para a construção da seguridade social (25h)

BICHIR, Renata. Agendas de reformas e descentralização de políticas: um balanço das trajetórias da saúde e da assistência social. In: CAVALCANTI, P. L. C.; SILVA, Mauro Santos. Reformas do Estado no Brasil: trajetórias, inovações e desafios. Brasília: IPEA, 2020. p. 187-213.



COUTO, Berenice Rojas et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo, Cortez Editora, 2014.

DELGADO, Guilherme Costa; JACCOUD, Luciana de Barros; NOGUEIRA, Roberto Passos. Seguridade Social: redefinindo o alcance da cidadania. Boletim de Políticas Sociais. Brasília: IPEA, 2009.

JACCOUD, Luciana; BICHIR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. Novos estudos CEBRAP, v. 36, p. 37-53, 2017.

SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora, S. M. A trajetória da Política de Assistência Social no Brasil pós-88: a importância das instituições e das ideias. Brazilian Political Science Review, v. 8, p. 80-108, 2014.

Disciplina: Sistema Único de Assistência Social: organização e gestão (40h)

BARTHOLO, Leticia; PAIVA, Luis Henrique; SOUZA, Pedro H. G. F. Quais são as principais políticas de transferência de renda não contributivas brasileiras e por que elas são importantes para a nossa sociedade? In: SÁTYRO, Natália G. D e CUNHA, Eleonora, S. M. Descomplicando Políticas Sociais: As Políticas sociais por elas mesmas – por que importam para você e para a sociedade como um todo? Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. v. 3, p. 99-121.

BICHIR, Renata; LARA, Maria Fernanda G. Por que assistência social é importante para nossa sociedade? In: SÁTYRO, Natália G. D; CUNHA, Eleonora, S. M. Descomplicando Políticas Sociais: As Políticas sociais por elas mesmas – por que importam para você e para a sociedade como um todo? Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. v. 3, p. 83-98.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Curso de atualização sobre a organização e oferta dos serviços da proteção social especial. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. 192p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Curso de atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. 160p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementações de Ações do Plano Brasil sem Miséria. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015. 107p.

VAISTMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luís Otávio (2009). Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 731-741, 2009.

Disciplina: Participação, controle social e pactuação interfederativa no âmbito do SUAS (25h)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de introdução ao exercício do controle social do SUAS. Módulo 1: Participação e controle social da assistência social no BRASIL. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, XXXX. 137p

CORTES, Soraya Vargas. Policy community defensora de direitos e a transformação do



Conselho Nacional de Assistência Social. Sociologias, v. 17, p. 122-154, 2015.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Efetividade deliberativa de conselhos de assistência social. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

JACCOUD, Luciana de Barros et al. Implementação e coordenação intergovernamental na política nacional de assistência social. In: JACCOUD, Luciana de Barros (org.). Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras. Brasília: IPEA, 2020.

LAVALLE, Adrian Gurza; GUICHENEY, Hellen; VELLO, Bruno Grisotto Vello. Conselhos e regimes de normatização padrões decisórios em municípios de grande porte. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, 2021.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica Voigt; SERAFIM, Lizandra Serafim. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. Dados, v. 59, p. 609-650, 2016.

PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; MACHADO, José Ângelo. Coordenação federativa e a armadilhada decisão conjunta: as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil. Dados, v. 57, p. 399-441, 2014.

Eixo 3 – Gestão de políticas sociais

Por que temos de saber a diferença entre gestão pública e administração? O básico para exercer o ofício em função do bem público

Disciplina: O papel das burocracias (30h)

BATISTA, Mariana. Burocracia local e qualidade da implementação de políticas descentralizadas: uma análise da gestão de recursos federais pelos municípios brasileiros. Revista do Serviço Público, v. 66, n. 3, p. 345-370, 2015.

CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela. Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: ENAP, 2015.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI. O papel da burocracia de nível de rua na implementação e (re)formulação da Política Nacional de Humanização dos serviços de saúde de Porto Alegre (RS). Revista de Administração Pública, v. 51, p. 46-63, 2017.

LOPEZ, Felix; CARDOSO JR., José Celso Cardoso. Trajetórias da Burocracia na Nova República: heterogeneidades e desigualdades (1985-2020). Brasília: IPEA, 2014.

SÁTYRO, Natália. G. D.; CUNHA, Eleonora, S. M. A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios. Revista de Administração Pública, v. 52, p. 363-385, 2018.

SILVA, Lucas Ambrósio Lopes da. Mecanismos da construção federal da intersectorialidade no Programa Bolsa Família: o papel das burocracias. Revista do Serviço Público, v. 64, n. 3, p. 327-350, jul./set., 2013.

Disciplina: Governança orçamentária no Brasil (30h)

BRASIL. Ministério da Economia. Manual Técnico de Orçamento. Brasília: Ministério da Economia, 2021.

COUTO, L.; CARDOSO JR., J. C. Governança Orçamentária: transformações e lacunas nas práticas de planejamento e orçamento no Brasil. In: CAVALCANTE, P.; PIRES, R. Governança pública:



das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. Boletim de Análise Político-Institucional. Brasília: IPEA, 2018. v. 19

COUTO, L; GIMENE, M. (org.). Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

DELGADO, Rodrigo Morais Lima et al. Contribuição das emendas parlamentares ao orçamento do Sistema Único de Assistência Social. Revista do Serviço Público, v. 68, n. 4, p. 889-914, out./dez., 2017. GIACOMONI, J. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2004. PASSOS, Luana; SANTOS, Andreia;

SCARPARI, Alan. Financiamento da política de assistência social: avanços e perspectivas. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 91-109, 2019.

RODRIGUES, J. A. Orçamento impositivo: diferenças de perspectiva entre os Poderes Legislativo e Executivo. In: COUTO, L.; GIMENE, M. (org.). Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: ENAP, 2017.

Disciplina: Políticas Públicas baseada em valores e informada por evidências (30h)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2022) Avaliação de políticas públicas: por onde começar? Um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e o Mapa de Indicadores. Belo Horizonte. http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf

JANNUZZI, P.M. A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Avaliação, 11(2), e113722, 2022. <https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202211037>

JANNUZZI, P.M. Jannuzzi, P. de M. (2014). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista Do Serviço Público, 56(2), p. 137-160. <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>

JANNUZZI, P.M. Políticas públicas, valores e evidência em tempos de inteligência artificial. Campinas: Alinea, 2024.

ROSIM, D. (Org.) ; FERREIRA, V. R. S. (Org.) ; Jannuzzi, Paulo (Org.) . Aprimorando o Planejamento Público Municipal: normativas básicas, questões-chave e indicadores para diagnósticos. 1. ed. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2023. v. 1. 315p .

RUEDIGER, M. A. (Coord.). Análise da efetividade do Água para Todos: avaliação de mérito quanto à eficácia, à eficiência e à sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018, sumário executivo, introdução e conclusões. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29075>

DISCIPLINAS OPTATIVAS: TRILHAS DE APRENDIZAGEM

Trilha 1 – Políticas sociais em perspectiva

Disciplina: Pobreza e desigualdade (15h)

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, 2018.

BARBOSA, Rogério J.; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira; SOARES, Sergei. Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza. Texto para Discussão IPEA, n. 2610, 2020. BRASIL, Oxfam. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras, 2017.



BRASIL, Oxfam. Nós e as desigualdades. Relatório da pesquisa de opinião, 2022. MEDEIROS, Marcelo. Medidas de Desigualdade e Pobreza. Brasília: Editora UnB, 2012. ROCHA, Sonia. Conceituar para medir: o que é pobreza? In: ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. cap. 1

ROCHA, Sonia. Pobreza e Desigualdade de renda: duas faces de um problema. In: ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. cap. 2.

Disciplina: Evolução demográfica da população brasileira e suas implicações para as políticas sociais (15h)

CUNHA, José M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: descontinuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (ed.). Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo, Editora da Unesp, 2015.

MELO, Laércio Almeida de et al. Fatores socioeconômicos, demográficos e regionais associados ao envelhecimento populacional. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 20, p. 493-501, 2017.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. Interface, v. 21, p. 309- 320, 2016.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 19, p. 507-519, 2016.

Disciplina: Proteção social adaptativa: desafios das mudanças climáticas e desastres socioambientais (15h)

ALEXANDER, David. Modelos de vulnerabilidade social a desastres. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 93, p. 9-29, 2011.

CUNHA, Eleonora S. M et al. Desastres, pandemia da Covid-19 e a assistência social no Brasil. In: SÁTYRO, Natália; CABRAL, Eugênia R. Covid-19 no Brasil: algumas contribuições sobre (des)coordenação e opinião pública. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. p. 38-82.

GOMES, Marcelo Kokke. Mecanismos de resposta a desastres ambientais antropogênicos e recursos do FGTS. Revista Questio Iuris, v. 14, n. 1, p. 409-431, 2021.

LIND, J.; ROELEN, K.; SABATES WHEELER, R. Social Protection and Building Back Better. Positioning Paper. Brighton: Institute of Development Studies, 2020.

NOGUEIRA, Wanda Lemos Paixão; RODRIGUES, Gabriel Ramos; FERREIRA, Adriano Fernandes. O Direito dos Desastres: Caminhos Jurídicos ao Gerenciamento de Riscos na Amazônia. Revista Pixels, v. 1, ano III, p. 126- 135, 2021.

TIERNEY, K.; OLIVER-SMITH, A. Social dimensions of disaster recovery. International Journal of Mass Emergencies and Disasters, v. 30, n. 2, p. 123-146, 2012.

TIERNEY, K. Social inequality, hazards, and disasters. In: TIERNEY, K.; DANIELS, R. J.; KETTL, D. F.; KUNREUTHER, H. On risk and disaster: Lessons from Hurricane Katrina. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011. p. 109-128.

TSELIOS, Vassilis; TOMPKINS, Emma L. What causes nations to recover from disasters? An



inquiry into the role of wealth, income inequality, and social welfare provisioning. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 33, p. 162-180, 2019.

VAKIS, R. Complementing Natural Disasters Management: The Role of Social Protection. Social Protection Discussion Papers and Note 35378. The World Bank, 2006.

WFP. United Nations World Food Programme. Shock-responsive social protection in Latin America and the Caribbean. WFP, United Nations World Food Programme – Fighting Hunger Worldwide, 2018.

Trilha 2 – Políticas sociais no Brasil: novas agendas e tendências

Disciplina: Política Nacional de Cuidados no Brasil: emergência, formulação e governança (15h)

ARAUJO, Edilson Tavares de. Proteção e Cuidados Sociais para pessoas com deficiências ou idosas. Por que essas políticas são importantes ao longo da vida. In: SÁTYRO, Natália G. D; CUNHA, Eleonora, S. M. Descomplicando Políticas Sociais. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. p. 123-41.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, 2023.

FONTOURA, Natália. Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão. In: CAMARANO, A.; A. PINHEIRO, L. (org.). Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. p. 33-78. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11842/1/Cap1_Debates_conceituais_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMANN, Simone. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. e0090, 2019.

MESQUITA, Andrea D. A família como centralidade nas políticas públicas: a constituição da agenda política da assistência social no Brasil e as rotas de reprodução das desigualdades de gênero. *CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, Anais [...]*, 2001.

SÁTYRO, Natália G. D.; PARADIS, Clarisse G.; SANTOS, Iris G. Como a família se insere na política social. In: SÁTYRO, Natália G. D; CUNHA, Eleonora, S. M. Descomplicando Políticas Sociais: a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. v. 2, p. 77-94

PINHEIRO, Luana et al. Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Texto para Discussão, 2019. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240723/1/td-2528.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SORJ, Bila; FRAGA, Alexandre Barbosa. Licenças maternidade e paternidade no Brasil: direitos e desigualdades sociais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 39, p. e0193, 2022.



Disciplina: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (15h)

ARANHA, Adriana Políticas de Segurança Alimentar e nutricional: o que são e por que são importantes? In: SÁTYRO, Natália G. D; CUNHA, Eleonora, S. M. Descomplicando Políticas Sociais. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. p. 183-202

BELIK, Walter. Examinando o conceito de segurança alimentar e nutricional e suas novas dimensões. Texto para Discussão 460. Campinas: Instituto de Economia, Campinas, 2024.

BRASIL. Câmara Interministerial et al. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012-2015, 2011.

BRASIL. Câmara Interministerial et al. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN. rev. 2016-2019, 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11422.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6272.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

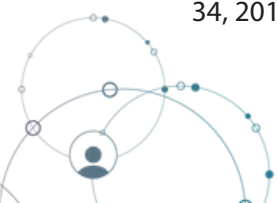
BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, P. D.; CHAIBUBR, J. R. Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). Políticas sociais: Acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2009.

PENSSAN, Rede. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

VASCONCELLOS, Ana Beatriz Pinto de Almeida e Moura. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, 2018.



Disciplina: Política de Assistência Social e sujeitos de direitos (15h)

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira et al. Enfrentamento do trabalho infantil pela Política de Assistência Social: o que há de novo no cenário? Estudos de Psicologia, v. 24, n. 4, p. 370-381, 2019.

ARAUJO, Edgilson Tavares de. Proteção e Cuidados Sociais para pessoas com deficiências ou idosas. Por que essas políticas são importantes ao longo da vida. In: SÁTYRO, Natália G. D; CUNHA, Eleonora, S. M. Descomplicando Políticas Sociais. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fino Traço, 2023. p. 123-41.

AZEVEDO, Marta Maria (2008). "Diagnóstico da população indígena no Brasil" Ciência e cultura, (60)4: 19-22.

CARVALHO, A. A; BARRETO, R. C. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde, Ciência & Saúde Coletiva, 2019.

COLLETI, Mayara et al. Quando a rua se tornou casa: compreendendo as vivências de pessoas em situação de rua. Peer Review, v. 6, n. 1, p. 168-182, 2024.

GUIMARÃES, Mirna Rodrigues Costa et al. Avaliação das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, p. 2035-2050, 2023.

SILVA, Gisella Cristina de Oliveira et al. Características da produção científica sobre o trabalho infantil na América Latina. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.

SOUZA, S. C.; BRANDÃO, A. A. P. Assistência social e as comunidades quilombolas do Brasil. Textos & Contextos, v. 20, n. 1, e38226, 2021.

Trilha 3 – Ferramentas para pensar a gestão das políticas sociais

Fornecer elementos e conceitos de natureza administrativa e gerencial para alunos interessados em questões de gestão pública

Disciplina: Experiências inovadoras de gestão na proteção socioassistencial (15h)

FILGUEIRA, Fernando; LORENZELLI, Marcos. Sistemas de informação e políticas públicas na política de assistência social do município de São Paulo: um casamento feliz entre inovação política e modernização gerencial. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 3, 613-a, 2005.

GRIN, E. J. (2012). Inovação Gerencial em Governos Subnacionais: a experiência da Prefeitura Municipal De Vitória. Publicações da Escola da AGU, v. 18, 2012.

TOBAR, Federico. Estratégia e construção de políticas sociais: o caso da Secretaria de Assistência Social do município de São Paulo. Revista de Administração Pública – RAP, v. 39, n. 3, p. 595-611, 2005.

TOCK, Fabiana; GRIN, Eduardo José; GONZALES. Os estados e o Sistema Único de Assistência Social: construção de capacidades estatais nos governos do Maranhão e de São Paulo. Cadernos EBAPE.BR, v. 18, p. 1026-1039, 2021.

WALTENBERG, Fabio; KATZ, Paul Katz. Renda básica e economia solidária: o exemplo de Maricá. São Paulo: Cortez Editora, 2023.



Disciplina: Gestão social do território: vigilância socioassistencial e trabalhadores (15h)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Fundação Oswaldo Cruz. Curso de atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS: guia do professor. Brasília, DF: MDSA, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social/Fiocruz, 2016.

OLIVEIRA, Mara; PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gisele. Vigilância socioassistencial: uma análise à luz das conferências nacionais. ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, Anais [...], v. 1, n. 1, 2016.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; DE ALMEIDA BIZARRIA, Fabiana Pinto. Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social. Administração Pública e Gestão Social, v. 9, n. 3, p. 171-183, 2017.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini M. Jogando luzes sobre os determinantes burocráticos e de gestão da política de assistência social nos municípios brasileiros. Opinião Pública, v. 25, p. 401-432, 2019.

SILVA FERREIRA, Lucélia. Gestão da vigilância socioassistencial. São Paulo: Editora Senac, 2023.

SPOSATI, Aldaíza et al. Vigilância Socioassistencial e Gestão e a Informação. VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Federal do Maranhão, 2017, Anais [...], p. 1-101.

Disciplina: Gestão orçamentária do território (15h)

CUNHA, Edite da Penha; LINS, Isabella Lourenço; SOARES, Márcia Miranda. Federalismo e conselhos de assistência social: uma análise a partir do financiamento. Opinião Pública, v. 26, p. 127-157, 2020.

DELGADO, Rodrigo Moraes Lima et al. Contribuição das emendas parlamentares ao orçamento do Sistema Único de Assistência Social. Revista do Serviço Público, v. 68, n. 4, p. 889-914, out./dez., 2017.

MESQUITA, Ana Cleusa Serra; MARTINS, Raquel de Fátima; CRUZ, Tânia Mara Eller da. TD 1724: Cofinanciamento e Responsabilidade Federativa na Política de Assistência Social, 2012.

SOARES, Márcia Miranda; DA PENHA CUNHA, Edite. Política de assistência social e coordenação federativa no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 67, n. 1, p. 86-109, 2016.

SOUZA, Celina. Federalismo e capacidades estatais: o papel do Estado- membro na política de assistência social. 2018. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, V. Burocracia e políticas públicas no Brasil. Brasília: IPEA, 2018.

SPOSATI, Aldaíza. Financiamento e política pública de assistência social. Revista Parlamento e Sociedade, v. 4, n. 7, p. 103-118, 2016.





PÓS-GRADUAÇÃO

MBA

Políticas Sociais

ENAP